



FORMAÇÃO DOS BOLSISTAS ID EM PPP DA ESCOLA DO CAMPO: UM OLHAR SOBRE A ESCOLA MUNICIPAL AMARO BISPO DOS SANTOS.

Janete da Hora Santos ¹
Camila da Hora Santos de Carvalho ²
Cristina Alves dos Reis ³
Irislene Carvalho da Silva ⁴
Nilson Antonio Ferreira Roseira ⁵

RESUMO

A Educação do Campo resulta das lutas dos movimentos sociais, defendendo práticas educativas vinculadas à realidade, cultura e modos de vida dos povos do campo. No contexto formativo dos licenciandos em Educação do Campo da UFRB, o Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID) favorece a articulação entre teoria e prática, promovendo inserção orientada nas escolas do campo. Este artigo relata a experiência no subprojeto de Educação do Campo do PIBID, a partir da análise do Projeto Político-Pedagógico (PPP) da Escola Municipal Amaro Bispo dos Santos, localizada na zona rural de Irará-BA. A experiência teve como objetivo compreender a importância do PPP na organização pedagógica e administrativa da escola e refletir sobre seu papel como instrumento de formação crítica para futuros professores comprometidos com a realidade do campo. A metodologia envolveu leitura individual e coletiva do documento, observações e discussões baseadas a partir dos conceitos propostos por autores como Veiga, Vasconcellos e Caldart, e a Portaria CAPES nº 90/2024. Os resultados mostram que o PPP, reflete um processo democrático que envolveu diferentes sujeitos da comunidade escolar, valorizando saberes locais, tradições culturais e práticas sociais do

¹ Graduanda do Curso de Licenciatura em Educação do Campo na Área Ciências da Natureza ou Matemática (CETENS/UFRB, Feira de Santana BA), bolsista ID do PIBID, Subprojeto Educação do Campo, município de Irará, BA, janetasantos29@gmail.com;

² Graduanda do Curso de Licenciatura em Educação do Campo na Área Ciências da Natureza ou Matemática (CETENS/UFRB, Feira de Santana BA), bolsista ID do PIBID, Subprojeto Educação do Campo, município de Irará, BA, camilarinho@gmail.com;

³ Graduanda do Curso de Licenciatura em Educação do Campo na Área Ciências da Natureza ou Matemática (CETENS/UFRB, Feira de Santana BA), bolsista ID do PIBID, Subprojeto Educação do Campo, município de Irará, BA, crisalvescs20@gmail.com;

⁴ Professora da educação básica da Rede Municipal de Ensino de Irará, Bahia. Licenciada em Educação do Campo com Habilitação em Ciências da Natureza pela Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB). Pós-graduada em Gestão, Supervisão e Orientação Educacional (Instituto Pró Saber). Supervisora do PIBID, no Subprojeto Educação do Campo, responsável pelos bolsistas da Escola Municipal Amaro Bispo dos Santos-Irá, Bahia, irislenecarvalho.efami@efa.g12.br;

⁵ Professor associado da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), lotado no Centro de Ciência e Tecnologia em Energia e Sustentabilidade (CETENS), em Feira de Santana, Bahia. Atua no Curso de Licenciatura em Educação do Campo, nas Áreas de Conhecimento Ciências da Natureza ou Matemática. É Coordenador de Área do PIBID, no Subprojeto Educação do Campo, responsável pelos bolsistas do município de Irará, Bahia, nroseira.ufrb@gmail.com.





campo. A experiência evidenciou que a análise crítica do PPP contribui para a formação inicial de professores, ao fortalecer a compreensão da escola como espaço político e pedagógico vinculado ao território, e reforça a importância de fomentar processos coletivos e participativos de elaboração e revisão desses documentos.

Palavras-chave: Educação do Campo, Projeto Político-Pedagógico, Formação Docente, Escola do Campo, Currículos Contextualizados.

INTRODUÇÃO

A Educação do Campo surge como uma demanda histórica dos movimentos sociais do campo brasileiro, que reivindicam uma educação comprometida com a realidade, cultura, produções e modos de vida dos povos do campo. No contexto formativo dos licenciandos em Educação do Campo da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), o Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID) desempenha papel importante ao proporcionar vivências pedagógicas que articulam teoria e prática em escolas do campo.

Este artigo apresenta um relato de experiência desenvolvido no âmbito do subprojeto de Educação do Campo do PIBID, tendo como foco a análise e a reflexão sobre o Projeto Político Pedagógico (PPP) da Escola Municipal Amaro Bispo dos Santos, localizada na Comunidade da Mangabeira, no município de Iará, Bahia. A experiência teve como objetivo compreender a importância do PPP na organização pedagógica e administrativa da escola e refletir sobre seu papel como instrumento de formação crítica para futuros professores comprometidos com a realidade do campo.

A escolha por relatar essa experiência se justifica pela relevância de aproximar os licenciandos em Educação do Campo de processos concretos de organização pedagógica e administrativa das escolas, fortalecendo a compreensão do PPP como instrumento vivo e participativo. O Projeto Político-Pedagógico (PPP) se configura como um instrumento fundamental para expressar a identidade da escola do campo, refletindo suas concepções, princípios, objetivos e práticas.

Ao inserir os futuros docentes no estudo e análise crítica desse documento, é possível articular teoria e prática, considerando as especificidades do campo. Essa vivência favorece a formação de professores comprometidos com a transformação social e com a construção de currículos contextualizados, que valorizem os saberes e as lutas das comunidades camponesas. Além disso, a experiência contribui para consolidar práticas formativas que rompem com modelos engessados e burocráticos de planejamento escolar, reafirmando o PPP como espaço de diálogo, identidade e resistência da escola do campo.





Este artigo está organizado da seguinte forma: na metodologia, descrevemos os procedimentos e o contexto da experiência formativa vivenciada pelos licenciandos. No referencial teórico, apresentamos conceitos e perspectivas sobre o PPP e a Educação do Campo que fundamentam a reflexão. Em resultados e discussão, relatamos e analisamos os principais aspectos observados no PPP da escola, articulando-os às concepções estudadas. Por fim, nas considerações finais, destacamos as contribuições dessa vivência para a formação docente e apontamos perspectivas para futuras ações formativas no campo.

METODOLOGIA

A experiência formativa foi realizada no âmbito do subprojeto de Educação do Campo do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID), envolvendo licenciandos do curso de Licenciatura em Educação do Campo da UFRB e a Escola Municipal Amaro Bispo dos Santos, situada na comunidade da Mangabeira do município de Irará-BA. As atividades tiveram início com a leitura integral do Projeto Político-Pedagógico (PPP) da escola parceira. Essa leitura foi feita de forma individual e coletiva, buscando compreender a estrutura, os princípios e as propostas presentes no documento.

Na etapa seguinte, os licenciandos, autores deste artigo, participaram de reuniões para discutir os elementos do PPP, levantando questões, dúvidas e percepções sobre o papel do documento na organização pedagógica da escola. Essas discussões foram conduzidas de forma dialógica, permitindo que cada participante expusesse suas interpretações e relacionasse o conteúdo do documento às vivências no território do campo.

Posteriormente, realizou-se um processo de análise e reflexão, no qual as observações e discussões foram baseadas a partir dos conceitos propostos por autores como Veiga (1998), Vasconcellos (2000), Caldart (2004) e Portaria CAPES nº 90/2024. Por fim, as ideias construídas foram sistematizadas por escrito, resultando no presente relato de experiência. Essa sistematização buscou organizar as reflexões de forma clara e articulada às contribuições teóricas que fundamentaram o olhar crítico sobre o PPP.

REFERENCIAL TEÓRICO

No contexto deste relato de experiência, a concepção de PPP é compreendida como instrumento político, pedagógico e administrativo, articulado à identidade da escola e ao seu projeto de formação humana. A escola é o lugar de concepção, realização e avaliação de seu





projeto educativo, uma vez que necessita organizar seu trabalho pedagógico com base em seus alunos. (VEIGA, 1998). Essa afirmação ressalta a importância de a escola assumir autonomia na construção de seu projeto educativo, partindo das necessidades reais dos estudantes e da comunidade em que está inserida. Trata-se de reconhecer que o PPP deve ser expressão concreta da realidade escolar e não uma imposição externa.

Para Veiga (1998), o projeto político-pedagógico vai além de um simples documento burocrático. O PPP é um documento vivo, construído por todos os envolvidos com o processo educativo da escola. Isso reforça a concepção de que o PPP deve refletir o coletivo da escola, professores, estudantes, gestores, funcionários e comunidade, tornando-se, assim, um instrumento dinâmico de transformação da prática educativa e da realidade social.

Nesse mesmo sentido, Vasconcellos (2000) aponta que o PPP é definido como um instrumento teórico-metodológico que organiza e integra as atividades da instituição, com foco em uma ação coletiva e transformadora, sempre em diálogo com os ideais educacionais e sociais desejados. Essa visão amplia o entendimento do PPP como um articulador entre o projeto educativo da escola e os objetivos sociais mais amplos. Ele não apenas orienta práticas pedagógicas, mas impulsiona mudanças significativas na instituição, contribuindo para uma formação humana integral e crítica, comprometida com a transformação social.

Ao se pensar na realidade das escolas do campo, essa concepção de PPP como construção coletiva ganha ainda mais relevância. Não se trata de propor algum modelo pedagógico único e pronto para essas escolas, mas sim de construir, de forma compartilhada, referências que orientem práticas pedagógicas coerentes com o contexto local. Assim, a escola do campo pode se tornar verdadeiramente expressão dos sujeitos que nela atuam (CALDART, 2004).

Essa perspectiva apresentada por Caldart (2004) enfatiza que as escolas do campo precisam construir sua identidade, a partir da escuta e participação dos sujeitos do território, valorizando suas experiências, saberes e lutas. É por meio desse processo que o PPP pode se tornar um instrumento de resistência e afirmação da Educação do Campo como prática social emancipatória. Vasconcellos (2000), destaca que o projeto é justamente o método que visa ajudar a enfrentar os desafios do cotidiano da escola, só que de uma forma refletida, sistematizada, orgânica, científica e, o que é essencial, participativa. O PPP consiste no instrumento de construção de currículos mais humanizados e comprometidos com a terra e o território.

Além dos referenciais teóricos que discutem o PPP e a Educação do Campo, este relato de experiência também se baseia nas diretrizes estabelecidas pela Portaria CAPES nº





90, de 25 de março de 2024, que define os princípios e dimensões da Iniciação à Docência no âmbito do PIBID. O seu art. 4º conceitua a Iniciação à Docência como a:

“inserção orientada e supervisionada dos estudantes de cursos de licenciatura em escolas públicas de educação básica, para que realizem atividades com níveis crescentes de complexidade e autonomia docente, de acordo com a fase do curso em que se encontra cada licenciando, contribuindo com o conhecimento e a vivência do seu futuro campo de atuação profissional durante toda a graduação.”
(CAPES 2024, art 4º)

Essa concepção reforça que a formação docente inicial deve ocorrer de forma progressiva, articulando teoria e prática desde o início da graduação, em vivências reais no espaço escolar, possibilitando ao licenciando compreender as múltiplas dimensões do trabalho docente.

No art. 14, a Portaria explicita que o Projeto Institucional deve ser planejado e articulado entre a instituição de ensino superior e as redes públicas, observando princípios do PIBID e contemplando dimensões essenciais para a formação. Entre elas, destaca-se a imersão do licenciando no cotidiano da escola (inciso I), que possibilita conhecer a realidade concreta do trabalho docente, interagindo com estudantes, professores e gestão. Essa imersão é fortalecida pela inserção do professor da educação básica na universidade (inciso II), que garante a troca de saberes e a formação continuada, aproximando teoria acadêmica e prática escolar.

Assim, as diretrizes desta portaria se articulam de forma direta com a proposta desta experiência formativa, pois reafirmam a importância de inserir o licenciando em práticas significativas, dialogadas e contextualizadas. Temos assim, um conjunto teórico que defende: o PPP como espaço de identidade e ação coletiva; Educação do Campo como prática emancipadora fundamentada no território; e iniciação à docência como trajetória orientada e progressiva dos licenciandos. Estes fundamentos serviram de base conceitual para analisar as reflexões geradas durante a vivência com o PPP da escola parceira.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise do PPP da Escola Municipal Amaro Bispo dos Santos revela um documento que foi reconstruído em 2022 de forma coletiva, que envolveu diferentes sujeitos da comunidade escolar: direção, professores, pais, agentes comunitários e estudantes. Essa escuta





ativa foi realizada por meio de enquetes, reuniões e debates coletivos, configurando o documento como expressão de um projeto coletivo. A composição do comitê escolar que conduziu a reconstrução do PPP, reforça o caráter democrático do processo, o qual buscou valorizar a vivência e as vozes da comunidade.

Essa construção dialógica é coerente com os fundamentos da Educação do Campo, que defende a escola como espaço de organização política, escuta e ação coletiva dos povos do campo. A escola apresenta uma relação com a comunidade, gestão participativa e compromisso com o ensino contextualizado. As informações revelam que o PPP da escola é fruto de uma construção coletiva e se alinha às diretrizes da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), do Documento Curricular Referencial da Bahia (DCRB) e do Referencial Curricular Municipal (RCM). O PPP articula as diretrizes da BNCC e do DCRB com as especificidades locais, propondo práticas interdisciplinares, metodologias ativas e avaliação formativa.

As análises demonstram a importância da formação dos bolsistas em contexto real, com base em documentos que fundamentam a ação pedagógica, e apontam para a necessidade de ampliação de políticas de formação inicial voltadas à Educação do Campo. As informações deste documento foram sistematizadas em categorias: contexto histórico do PPP, concepções pedagógicas, articulação com o território e práticas docentes.

A proposta pedagógica da escola está fundamentada em uma perspectiva sócio-interacionista, com influências de autores importantes, citados no documento, como Paulo Freire, Vygotsky, Wallon e Délia Lerner. O professor é concebido como mediador da aprendizagem, e a prática educativa é orientada pela articulação entre teoria e prática, pela pesquisa e pela problematização da realidade vivida. O currículo é pensado de forma integrada, considerando os ciclos de aprendizagem e as experiências dos estudantes do campo. Essa concepção pedagógica evidencia o compromisso da escola com uma educação emancipadora, crítica e transformadora, que reconhece os estudantes como sujeitos históricos e ativos no processo de aprendizagem.

O PPP mostra que o compromisso da escola deve ser com o território em que está inserida, ao propor um currículo que valorize os saberes, as tradições culturais da comunidade e as práticas sociais próprias do campo. A articulação entre os documentos normativos nacionais (BNCC) e estaduais (DCRB) com o Referencial Curricular do Município, é feita de forma crítica, respeitando a realidade do campo e trazendo temas geradores e questões territoriais. A escola é vista como espaço de acolhimento e pertencimento, onde se constroem vínculos sociais e se reconhecem as identidades da comunidade. Essa articulação fortalece a





concepção de território como espaço pedagógico e político, fundamental na Educação do Campo.

As práticas pedagógicas descritas no PPP apontam para uma abordagem interdisciplinar, com foco em metodologias ativas, projetos integradores, oficinas, rodas de conversa, aulas em espaços abertos e uso de materiais diversos. A avaliação é contínua, diagnóstica e formativa, centrada no acompanhamento do desenvolvimento dos estudantes e na reorganização das estratégias de ensino. Segundo o PPP, as práticas docentes valorizam o protagonismo dos alunos, o trabalho coletivo e o diálogo entre os saberes da ciência e os saberes populares. Isso evidencia que o esforço dos profissionais da escola deve ser no sentido de construir uma prática comprometida com a realidade do campo, respeitando o tempo dos estudantes e suas formas de aprender.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A experiência formativa desenvolvida no âmbito do subprojeto de Educação do Campo do PIBID, a partir da análise e reflexão sobre o PPP da Escola Municipal Amaro Bispo dos Santos, demonstrou que o estudo aprofundado dos documentos normativos da escola é essencial para a construção da identidade docente. Trata-se de um processo essencial para compreender as concepções pedagógicas e o compromisso social de uma escola, inserida no território do campo. A vivência possibilitou aos licenciandos conhecer de perto como um PPP, elaborado de forma coletiva e participativa, pode expressar a história, a cultura e as necessidades da comunidade escolar, ao mesmo tempo em que articula diretrizes nacionais, estaduais e municipais a práticas contextualizadas e emancipadoras.

Ao analisar um documento vivo, construído a partir do diálogo entre gestores, professores, estudantes, famílias e comunidade, os bolsistas ID, puderam identificar a importância de integrar teoria e prática na formação inicial, reconhecendo que a elaboração e a implementação do PPP são etapas estratégicas para a construção de um currículo crítico, interdisciplinar e comprometido com os saberes do território. No contexto da Educação do Campo, esse estudo ganha força ao conectar a prática educativa com os saberes e desafios do território. A formação dos bolsistas ID, neste caso, foi enriquecida pela análise crítica deste documento.

Além disso, a experiência reforça a necessidade da leitura, discussão e construção coletiva de PPPs, especialmente no contexto das escolas do campo, como forma de garantir que esses documentos, não se limitem a orientações formais, mas se tornem efetivos





instrumentos de transformação social. O estudo desenvolvido demonstrou que um PPP construído com participação, ~~pode ser capaz de consolidar~~ a escola como espaço de resistência, pertencimento e produção de conhecimento, reafirmando a Educação do Campo como prática emancipatória e formadora de sujeitos históricos. Assim, vivências como essa se mostram indispensáveis para a formação de professores comprometidos com a realidade, a diversidade e o desenvolvimento dos povos do campo, como são as propostas dos Cursos de Licenciatura em Educação do Campo da UFRB.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pela oportunidade de crescimento acadêmico e profissional proporcionada por meio do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID), ofertado pela Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB). Estendemos nossos agradecimentos ao Coordenador de Área, professor Nilson Antonio Ferreira Roseira, pelos direcionamentos, reflexões e incentivos ao longo do Programa e à Supervisora Irislene Carvalho da Silva, pelo apoio constante, pela partilha de experiências e pelos aprendizados que vêm contribuindo significativamente para nossa formação docente.

REFERÊNCIAS

CALDART, Roseli Salete. Elementos para construção do projeto político e pedagógico da educação do campo. **Revista Trabalho Necessário**, v. 2, n. 2, p. 1-16, 2004.

ESCOLA MUNICIPAL AMARO BISPO DOS SANTOS. **Projeto Político-Pedagógico**. Iará-BA: Escola Municipal Amaro Bispo dos Santos, 2022.

BRASIL. **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES)**. Portaria nº 90, de 25 de março de 2024. Dispõe sobre o regulamento do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência – PIBID. *Diário Oficial da União: seção 1*, Brasília, DF, n. 59, p. 33, 26 mar. 2024.

VASCONCELLOS, Celso dos Santos. **Planejamento**: projeto de ensino-aprendizagem e projeto político-pedagógico. São Paulo: Libertad, v. 200, 2000.

VEIGA, Ilma Passos da. **Projeto político-pedagógico da escola**: uma construção coletiva. In: VEIGA, Ilma Passos da (org.). Projeto político-pedagógico da escola: uma construção possível. Campinas: Papirus, 1998. p.11-35.

